

ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO ESTADO DE SÃO PAULO¹

Celso Antonio da Fonseca Rosas²

A agricultura paulista é considerada a mais desenvolvida e moderna tecnologicamente do país. A grande inversão de capitais industriais nesta, fortalece(u) e aumenta(ou) a produção agropecuária, levando a um acréscimo na produtividade neste setor. Isso se deve ao avanço do processo de desenvolvimento capitalista, que de forma desigual (em suas próprias relações), caracterizado pela implantação das relações de trabalho assalariado e polarizando as relações de trabalho não-capitalistas, em diferentes momentos da inserção do trabalhador - no campo e na cidade, mas inseridas (diferentemente) no modo de produção capitalista, traz à tona problemas relacionados à distribuição de terras e à diferencialidade no uso de tecnologias.

Para se considerar os elementos que fazem parte do processo de modernização da agricultura, que ocorreu com maior ênfase no estado de São Paulo, é necessário analisar a gênese do campo no Brasil, realizando uma síntese dos fatos mais marcantes na história brasileira.

Processo de integração/articulação agricultura-indústria

Segundo Silva (1996), o "complexo rural" logra no Brasil uma característica marcante e bem definida, sendo ela caracterizada pelo trabalho escravo em fazendas (sesmarias), pela produção de materiais, de alimentos e de diversos utensílios fabricados dentro da própria unidade, possuindo uma produção (monocultura) voltada para o mercado externo. Esse sistema passa a ser identificado como "complexo cafeeiro" quando acontece a proibição do tráfico de escravos e a implantação da Lei de Terras em 1850.

Ocorre então a substituição na relação de trabalho, (re)passando ao migrante a responsabilidade para a produção do café. Esse complexo

¹ Texto produzido a partir de assuntos estudados na disciplina "Estrutura Produtiva Agrícola e Dinâmica Regional", ministrada pelo Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, no curso de Pós-Graduação em Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia (F.C.T.) - UNESP de Presidente Prudente - SP.

² Mestrando do curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente - SP.

(cafeeiro) difere-se do primeiro por não ser auto-suficiente, ou seja, alguns produtos de utilização na unidade não eram fabricados dentro deste, sendo necessário sua compra fora do estabelecimento.³ Esse sistema de colonato permanece até meados da década de 1950 em diversos estados de fronteira agrícola no país.

Sodré (1977, p. 59) afirma que o sistema capitalista, no Brasil, "(...) surge e se desenvolve cercado pelo lodo externo, com a apropriação pelo imperialismo de grande parte da acumulação interna; pelo lado interno, com a mesma apropriação, agora por parte do latifúndio. São limitações que colocam o desenvolvimento capitalista brasileiro como que sob cerco, bloqueando-o."

Para Müller (1989), a integração da agricultura com a indústria se realiza em três momentos. O primeiro momento de articulação, ainda sob o domínio do complexo latifúndio-minifúndio, baseado na cafeicultura, ocorre em 1870. O investimento de capitais industriais nesse período⁴, mesmo pouco representativo, teve como destino os bens de consumo, além da inserção da indústria leve (transportes, materiais para produção, entre outros) induzido e voltado para o setor agrícola exportador predominante.

O segundo período⁵, estende-se de 1920/30 a 1955/60, sendo marcado pelo início da industrialização pesada no Brasil (bens de produção), mais precisamente no estado de São Paulo, fortalecida pelo capital oriundo da produção cafeeira, que entrava em decadência devido a crise mundial do sistema capitalista. Essa fase caracterizou-se pela diversificação de investimentos e pela transição à uma economia industrial, desagregando o complexo latifúndio-minifúndio em várias áreas da região sul e sudeste do país, e sua persistência na região nordeste e nas fronteiras agrícolas que avançavam rumo ao oeste brasileiro.

É na década de 1950, segundo Delgado (1985), que tem início o processo de modernização da agropecuária no Brasil, com as transformações de base técnica viabilizada pelas importações, com a introdução de máquinas (tratores importados) e elementos químicos (fertilizantes, defensivos, entre outros). É nesse momento que se apresenta a "Triplíce Aliança", como denomina Müller (1989), representada por uma articulação entre os capitais

³ Neste contexto de expansão do complexo cafeeiro, são criadas as condições favoráveis para o surgimento das indústrias, criando-se uma interligação entre a agricultura e a indústria, subsidiadas pelo capital oriundo do café.

⁴ O capital é oriundo da produção cafeeira, voltado para o mercado externo.

⁵ Ver: MÜLLER, Geraldo. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989.

estrangeiros, nacionais e estatais. Houve nesse momento um grande interesse dos capitais nacionais e multinacionais (*Joint Venture*), voltado para o mercado interno brasileiro, devido, entre outros fatores, a expansão do campo industrial. O investimento em alguns setores da agricultura e das indústrias no Brasil só seria possível com a criação de uma infra-estrutura básica para a reprodução de capitais (rodovias, energia elétrica, entre outros), sendo que o Estado se encarregou de investir nesses meios para que os capitais interagissem no país⁶.

No final dessa década⁷, tem início a industrialização dos processos de produção rural, ocorrendo mudanças significativas nas relações de trabalho no campo, com uma intensificação da mecanização do plantio à colheita. Mas a principal característica é a internalização dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, chamados de D₁, passando o Estado a estimular o consumo voltado para novos meios de produção (como os produtos agrícolas).

O terceiro momento⁸ é aquele caracterizado pela integração de capitais intersetoriais, formando um conjunto de relações à montante e à jusante da agricultura, concluindo-se a substituição de importações que ocorre na década de 1970. Essa integração é conhecida como Complexo(s) Agro-Industrial(is) (CAIs), relacionando-se diretamente com o D₁ e com a indústria processadora da matéria prima. Essa integração ganhou força com a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965. "*Esta politização sustenta-se no fato de o Estado planejar a agricultura para o lucro, assim, uma forte regularização das leis de mercado na agricultura e na economia em geral*" (Müller, 1989, p. 42). Este fato deixa claro os interesses que direcionavam as decisões governamentais, ficando a grande maioria dos (pequenos) produtores rurais fora desse processo de modernização.

Agricultura modernizada (des)integrada(ante)

⁶ Um exemplo desse investimento é o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, iniciado em 1956 a 60.

⁷ Ver: DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.

⁸ MÜLLER (1989) *op. cit.*

Compreendendo esses momentos de integração entre agricultura e indústria, volta-se a discussão ao conceito de "modernização"⁹ no campo no período pós II Guerra Mundial, que apresenta um caráter ideológico de dominação e produtivo, ultrapassando diversas questões, como a tecnificação na produção agrícola.

A "modernização", mudanças na base técnica (e social) da produção agrícola, "no objeto de trabalho, no processo de trabalho, nas formas da força de trabalho e na gestão e controle das unidades de produção" (Müller, 1986, p. 7), avança diferenciadamente no tempo e no espaço, com intensidade e formas díspares. Com isso, desencadeia-se um processo de transformações e (re)ordenamento territorial agrícola, hegemonizando as relações capitalistas de produção, o que implica numa (re)organização da gestão e controle do processo produtivo pelo capital, tornando-se mais concreto devido à estrutura fundiária do país, que permanece(u) a mesma diante desta reestruturação conservadora.

Encontra-se a necessidade de se diferenciar as especificidades conceituais utilizadas, como o processo de modernização, de industrialização e de consolidação dos CAIs, que surgiram em momentos diferentes (mas não significa o distanciamento destes).

Estes termos são identificados por Silva (1996), sendo a modernização da agricultura considerada basicamente como mudanças na base técnica da produção agrícola, que ganha dimensão nacional no período pós II Guerra Mundial, com a importação de tratores e elementos químicos para a utilização na agricultura. Essa modernização engloba os demais processos (industrialização e consolidação dos CAIs) de avanço no uso de tecnologia na agricultura que se desencadeiam posteriormente.

⁹ A modernização brasileira apresenta um padrão altamente heterogêneo, com subsídios bastante limitados. Existe uma grande contradição no processo de modernidade econômica e atraso social e político, pelo fato do Brasil diferenciar-se na inserção do capitalismo à outros países (por valores culturais, estruturas sociais, sistemas econômico-administrativo, entre outros), além da "urbanização precoce" e a "industrialização tardia", o que ocorre também no campo. "A transição entre sociedade tradicional e moderna e o surgimento do capitalismo não se caracterizam, em termos das categorias introduzidas, por uma mudança estrutural do quadro institucional em si, mas pelo nível do desenvolvimento das forças produtivas, que leva a uma expansão permanente dos subsistemas do agir fim-racional e põe, assim, em questão as formas tradicionais de legitimar a dominação. Ao questionar estas formas de legitimação o capitalismo cria uma nova (econômica) a partir da base do trabalho social: é a instituição do mercado que serve não apenas como mecanismo ou "lugar" de troca, mas assegura a justiça da equivalência destas relações: a dominação política aparece, portanto, legitimada de baixo para cima. E, é esta ideologia que encontramos na teoria da modernização". (Randolph, 1989, p. 10).

A industrialização da agricultura se realiza quando esta passa a comandar o processo produtivo agrícola. Este processo caracteriza-se pela mudança do trabalhador individual, para a presença da especialização no interior da atividade produtiva; pela mecanização substituindo a habilidade manual e a destreza do trabalhador; e a internalização do D₁, além da forte presença do Estado na articulação de políticas voltadas para a industrialização agrícola. É nesse contexto, que no final da década de 1950, surgem as primeiras indústrias de tratores no Brasil, fortalecendo-se durante a década de 1960.

A constituição dos CAIs¹⁰ se realiza no período posterior a meados da década de 1970, sendo caracterizado como integração de capitais intersetoriais (a montante e a jusante da agricultura), ou seja, a indústria para a agricultura (tratores, fertilizantes, entre outros), a produção agrícola subordinada e a estruturação da indústria transformadora e processadora de matérias primas, agregando valor à produção.

Distinguindo os diferentes processos baseados na modernização, lançar-se-á alguns questionamentos: como foi possível uma (re)organização do campo no Brasil, mesmo que seletiva e tardia, sem que fosse remodelada a estrutura fundiária? Os fatores ideológico, político e econômico prevaleceram, uma vez que o Estado sempre caminhou junto aos interesses da oligarquia agrária.

A produção agrícola, para o capital, é pensada como movimento do processo produtivo enquanto potencial consumidora de produtos da indústria de implementos agrícolas, classificada como indústria à montante e, ainda, como meio pelo qual se realizará a produção que movimenta todos os Complexos Industriais de beneficiamento desta, visando a extração de subprodutos e a agregação de valores, alcançando assim, melhor preço e consequentemente maior lucro pela produção. Toda essa dinâmica é identificada na literatura como Complexo(s) Agroindustrial(is) – CAI(s)¹¹.

"O Complexo Agro-industrial se transforma num dos elementos centrais no processo de acumulação de capital na medida em que permite a expansão da produção agrícola, tanto para o mercado interno quanto para o externo, que incrementa a massa de sobretalho gerada na agricultura: gerar um novo campo de

¹⁰ A utilização do termo CAIs, é devido a formação de vários complexos, que se relacionam entre si

¹¹ A respeito do CAI, ver: Delgado (1985), Espindola (1999), Hespanhol (1996), Kageyama (1987, 1983), Linhares (1999), Müller (1986, 1988), Oliveira (1995), Silva (1996), Sorj (1986), Szmeccányi (1990), entre outros.

valorização do capital, de insumos e produtos industriais ligados à agricultura; o incremento de divisas necessárias para a expansão do atual modelo econômico, além de colonizá-las através do suprimento das necessidades do mercado interno” (Sorj, 1986, p. 12).

A inserção industrial no campo transforma as relações capitalistas existentes até então, mudando a direção de produtores e de produtos, desde sua base até seu destino final. Essa mudança caracteriza-se quando a indústria passa a comandar o processo produtivo no campo. Salientando que a

“agroindústria passa a comandar a produção colocando-se como condição básica de geração de novos excedentes, transformando a agricultura no campo de realização da mais-valia gerada no setor de insumos e máquinas agrícolas e no fornecedor da matéria-prima para a indústria de transformação agroalimentar” (Sorj, 1986, p. 12).

A dinamicidade do capital agro-industrial processa-se desde os produtos e atores encontrados à montante do sistema, como a indústria química (adubos, fertilizantes, entre outros), mecânica (máquinas e a fabricação dos tratores), de produtos alimentares, farmacêuticos e veterinários (rações e remédios de uso veterinário), conhecidos como D_1 , além de expressar o resultado das transformações nos produtos adquiridos pela agricultura, formando a indústria à jusante, que se destaca entre os produtos alimentares, em sua formação e beneficiamento, abate de animais, laticínios, fabricação e refino do açúcar e a preparação de produtos alimentares beneficiados. Também destacam-se as destilarias de álcool, a produção de óleo vegetal, o fumo, beneficiamento de madeiras (móveis), couro, bebidas, têxtil, papel, dentre outros, conforme explicita Delgado (1985).

Os produtores que possuem menos condições para produzir ficam subordinados à ação do capital ou não inserem-se no circuito produtivo, repassando apenas o excedente de sua produção ao mercado, a atravessadores ou à cooperativas, como é o caso de alguns assentados (mesmo assim, eles fazem parte do sistema capitalista de produção) após sua territorialização. E quando ocorre essa sujeição do produtor ao setor industrial¹², sua produção tem que se concretizar como determina a empresa, para que este não seja retirado do processo produtivo. O resultado destes fatores são o de sua inserção ou não no processo, uma vez que as condições

¹² Isso ocorre também com algumas cooperativas, que são formadas pelos pequenos produtores, e tomadas pela força de investimento de alguns médios ou grandes produtores, ficando os primeiros subordinados aos últimos.

de repasse da produção para a indústria é mais seguro do que para os atravessadores, porém, este encontra-se em total subordinação aos laços do capital.

Quanto aos pequenos produtores que continuam à margem (mas inseridos) no sistema, há uma imposição de formas de pagamento e controle de qualidade, que nem sempre estão de acordo com as reivindicações deste produtor, que tem na empresa maior segurança ao vender seus produtos e garantia de recebimento (mesmo que não seja o valor desejado). Por sua vez, esses produtores precisam se fortalecer ao almejarem continuar associados à indústria (ao capitalista agro-industrial), que necessita de recursos com maior qualificação, a fim de superar as dificuldades e ampliar suas perspectivas para obtenção de lucro, que é condição para não proletarizar-se e servir como reserva de mão-de-obra do processo produtivo.

“A referida substituição não foi imediata nem pacífica, e teve, como não poderia deixar de ser, importantes conseqüências para as populações rurais, que, ao perderem parte de suas ocupações, foram obrigadas a especializar-se na produção agropecuária. É uma produção cada vez mais voltada para o atendimento dos mercados urbanos e industriais, nacionais e estrangeiros, e cada vez menos dedicada à simples subsistência e ao autoconsumo, que eram os principais destinos dos produtos agropecuários nas economias pré-industriais e pouco urbanizadas do passado” (Szmrecsányi, 1990, p. 61).

O produtor que não consegue, por diversos motivos, sua inserção no circuito agro-industrial, tem uma tendência a proletarizar-se, servir de reserva de força de trabalho e até mesmo voltar-se para o mercado informal. Resta-lhe apenas continuar no campo, com uma produção voltada para a subsistência ou dirigir-se à cidade a procura de emprego (uma vez que viveu sempre no campo), e ficar à margem do sistema, que engloba a desigualdade acima da realidade por ele concebida, por possuírem uma vida voltada para a produção agrícola, e desconhecem a estrutura de uma cidade e de sociedades diferentes, dentre outros, é um dos fatores do êxodo rural e da marginalização de inúmeros indigentes nas cidades.

Delgado (1985), contempla dois tipos de pequenos produtores. Aqueles integrados ao capital financeiro e os não integrados. Os primeiros, possuem uma relação com uma cooperativa ou agroindústria, sendo que, mesmo encontrando-se sujeitados às empresas, esses pequenos produtores mantêm-se na produção, enquanto que os segundos, não possuem vínculo

algum ao capital, encontrando imensa dificuldade de reprodução e sobrevivência.

Essa complexidade que exprime o modo de produção capitalista, vem calcada diferencialmente em pontos de desenvolvimento econômico, sendo uma das condições que demonstra deformações na estrutura agrária, já que a consolidação desse tipo de empresa capitalista não se expressa(ou) territorialmente nos diversos lugares do país.

“Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza (sic) o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira” (Delgado, 1985, p. 42).

Além de uma concentração em relação a diversos estados brasileiros, esse processo apresenta extremidades em relação à “modernização” industrial e desta no campo, fazendo-se necessário observar as disparidades dentro desse Estado, ou seja, nunca podemos generalizar ao compreendermos graus de desenvolvimento em diferentes momentos históricos em determinados lugares, considerando que *“é o desenvolvimento desigual que está em função da universalidade contemporânea do capitalismo”* (Smith, 1988, p. 151), e o movimento dialético da história, que traz mudanças constantes ao que pode ser verdadeiro e falso num momento, podendo coincidir, ou até mesmo opor-se em outros,¹³ trazendo consideráveis transformações na estrutura de produção.

Esse fato pode ser considerado no processo de inserção industrial do estado de São Paulo, onde as regiões com maior vínculo à industrialização no campo, ficaram distantes daquelas que tardiamente obtiveram a consolidação de um ramo industrial (mesmo assim, as primeiras tiveram um processo de inserção tardia no campo).

A idéia de associação interativa do Estado, com apenas uma parcela de produtores inseridos nas relações de produção capitalista (a outra parcela, está inserida diferentemente, conforme suas relações de trabalho), onde a rapidez e a fluidez de equivalências transformam em genérico o que é apenas particular, promove a análise do todo que, nas diferenças de suas partes¹⁴,

¹³ Ver: LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

¹⁴ Essa representação discutida por Santos (1999, p. 92-6), estabelece que a soma das partes não engloba o todo, podendo ser menor ou maior que o produto final, conforme suas especificidades. Ai se dá o universo da fragmentação, acelerado com o processo mais avançado da globalização, *“Fragmenta-se o espaço e o tempo, o pensamento e o pensamento, a realidade e a virtualidade, o todo e a parte.”* como destaca Ianni (1996, p. 170).

muda o resultado final conforme enfatiza Santos (1999), creditando áreas com baixo nível de produção “modernizada”. Mas, ao considerar alguns elementos, observamos que:

“(...) a valorização do capital no setor agrícola não se dá aí, de forma necessária, por intermédio do CAI, mas pelo controle da propriedade fundiária. Esse é, pois, o lado conservador do projeto de modernização agrícola, que passa pela mediação política de acordo com complexas e instáveis alianças” (Delgado, 1985, p. 42).

A maneira de colonização e de apropriação de um lugar, que passa a intensificar a relação de poder do capitalista sobre seus empregados, é repassada na apropriação de terras que esse possui, revelando formas de dominação àquele com um montante de capital inferior ao primeiro.

Isso demonstra a diferencialidade dentro de determinados padrões no agrário brasileiro, onde a demanda de concentração se dá em segmentos de áreas também concentradas, não podendo afirmar-se que o estado de São Paulo, como um todo, seja precursor de sua auferida colocação junto aos demais estados brasileiros, mesmo que na soma total dos valores atribuídos à agricultura, seja o que mais “cresce e se moderniza”¹⁵.

O distanciamento entre produtores rurais, cuja produção baseia-se na estrutura familiar, sendo inserida no mercado com imensas dificuldades, além daqueles em que apenas o excedente é comercializado, diferem-se dos capitalistas, cuja produção está cada vez mais voltada para a acumulação de bens, buscando uma maior rapidez e dinamicidade em sua produção, tem característica mais marcante nesse estado, onde o emprego de tecnologia no campo faz aumentar a produtividade e ao mesmo tempo, com um menor custo na produção, retira o produtor rural de seu meio.

“...há alguns que produzem de modo industrializado, moderno, mas a maioria está longe disso. (...) os vários atributos que designam a produção dinâmica não são encontráveis na maioria dos produtores e produtos (...) da localidade. Resultado: o que foi aceito com singeleza inicial – a generalização dos processos agrários modernos nas atividades agrárias do país – é jogado janela fora pelo rigor empírico” (Müller, 1986, p. 3).

¹⁵ Afetado por políticas de descentralização industrial, o Estado de São Paulo vem perdendo indústrias para regiões pouco “desenvolvidas”, com a “lógica” de aumentar a renda e gerar empregos nessas, criando novas áreas industriais, como o Nordeste, o Centro-oeste, e interior dos Estados de MG e RS. FOLHA DE SÃO PAULO, 19/09/1999, p. 2.4.

Com isso, a generalização da unidade na agricultura torna-se ineficaz, “uma vez que para se explicar os processos econômicos, sociais e políticos básicos que incentivam ou bloqueiam as atividades agrárias deve-se, obrigatoriamente, levar em conta os três segmentos que compõe o CAI”¹⁶ (Müller, 1986, p. 8), distribuídos pelo espaço de forma desigual e diferenciada em seus diversos níveis de análise, que nem sempre encontram-se presentes na realidade de um determinado lugar.

É sobre esse aspecto que pode-se analisar a questão de ser realmente esta uma consideração concreta. É no “desenvolvimento” de forças (capitalistas) desiguais, em lugares diferenciados, que se apresenta a possibilidade de trabalhar o tema, no qual o processo de colonização no interior do Estado não consubstanciou necessariamente em todos os locais deste uma dinamicidade em sua produtividade.

Mas, ao considerar-se alguns números e dados em absoluto, chegar-se-á à conclusão de que o Estado de São Paulo é realmente o mais capitalizado e industrializado no campo, pois o

“...único Estado onde se verifica um decréscimo absoluto do emprego agrícola é São Paulo, o que revela o alto grau alcançado pelo desenvolvimento capitalista da agricultura nessa região. Essa redução se deve a uma série de fatores entre os quais deve-se destacar o elevado índice de mecanização alcançado em São Paulo, aliado ao esgotamento da fronteira agrícola do Estado” (Kageyama, 1983, p. 203).

Segundo a autora, alguns números empregados¹⁷ representam essa elevação no índice de mecanização no estado de São Paulo, o que acarreta uma diminuição no índice de emprego agrícola neste, pois a partir da década de 1970, a fronteira agrícola já havia se esgotado, delimitada ao rio Paraná (oeste do estado) e em zonas cuja produção estava cada vez mais voltada à pecuária, pautada numa distribuição fundiária desigual, como destaca Martins (1975).

¹⁶ Segundo o autor, os três segmentos que compõe o CAI são: indústrias à montante (indústrias para a agricultura – máquinas e insumos), a agricultura e as indústrias à jusante (processadora e beneficiadora de matérias-primas). Quando há uma forte interdependência da indústria à montante para a agricultura, verifica-se um processo de industrialização da agricultura, e quando há uma forte interdependência da agricultura para a indústria à jusante, verifica-se um processo de agroindustrialização. “... não basta considerar apenas as ligações entre a agricultura e a agroindústria, uma vez que a explicação da mudança no modo de produzir na primeira está ligado à existente (sic) da indústria para a agricultura (...) dá o caráter nacional às mudanças na agricultura.” (Müller, 1986, p. 7).

¹⁷ Ver: Kageyama (1983)

A diferencialidade no processo de ocupação do estado de São Paulo, em momentos distintos, trouxe como consequência em algumas áreas, o caráter predatório de distribuição das atividades agrícolas, uma vez que as relações encontradas nas frentes de expansão e pioneira traziam (com seus respectivos momentos e características) a produção para subsistência e excedentes para venda, já que não eram propostas alternativas, uma vez que a expansão da fronteira estava cada vez mais ampla.

As dificuldades encontradas na agricultura no estado provocam, devido aos problemas encontrados durante o período de ocupação, um crescente êxodo rural, reduzindo as atividades econômicas locais, e diminuindo a produção agrícola dos próprios municípios, já que a base econômica e produtiva estava calcada na produção de policultura, pecuária e numa retomada na produção do café.

Com uma baixa produtividade na agricultura, essas “regiões”¹⁸ têm inviabilizado a produção, pois com a abertura credenciada ao mercado externo, necessitam de uma gama de produtos competitivos, o que torna “inadequada” a produção em diversas regiões do estado de São Paulo.

O que se apresenta é consequência da própria estrutura de sua formação (ocupação territorial), deliberadamente desordenada, trazendo problemas de ordem ambiental, além daqueles já mencionados.

Isso intensifica-se ainda mais quando, ao tomar conhecimento desta problemática, as autoridades municipais, estaduais e federais, por falta de recursos e também de vontade política (em alguns casos de corrupção), pouco ou nada fizeram (fazem) para resolver a questão. A indisposição (política e econômica) em realizar projetos que envolvam várias forças políticas locais, juntamente com a escassez de recursos, levam ao aumento no êxodo rural em vários municípios, atingindo principalmente, a população mais vulnerável economicamente.

Referências Bibliográficas

- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. Campinas: Ícone, 1985.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. *As Agroindústrias no Brasil: O Caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.
- FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo. 19/09/1999, p. 2, 2.4.

¹⁸ O oeste paulista (“regiões” administrativas de São José do Rio Preto, Andradina, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília), que se inserem diferencialmente no processo de produção.

- HESPANHOL, Antonio Nivaldo. *Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina – SP*. Tese de Doutorado. Rio Claro: IGCE-CP/UNESP, 1996.
- IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.
- KAGEYAMA, Ângela. Alguns Efeitos Sociais na Modernização Agrícola em São Paulo. In: MARTINE, George, GARCIA, Ronaldo Coutinho (org). *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.
- KAGEYAMA, Ângela, SILVA, José Graziano da. Produtividade e Emprego na Agricultura Brasileira. In: BELLUZZO, Luiz G. M., COUTINHO, Renata (org). *Ensaio sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos T. da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MULLER, Geraldo. O Agrário Brasileiro e a Medição do Dinâmico e do Atraso. In: LAVINAS, Lena (org). *A Urbanização da Fronteira*. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, vol. 1, série monográfica n. 5, 1986.
- _____. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989.
- _____. Padrão Agrário Paulista: Transformações e Tendências. In: TARTAGLIA, José Carlos; OLIVEIRA, Oswaldo Luiz de (org) *Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1988.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1995.
- RANDOLPH, Rainer. *Formas de espacialidade da modernização: regionalização e regionalismo*. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, n. 17, 1989 (Relatórios de Pesquisa).
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: espaço e tempo razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SILVA, José Graziano da. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

- RODRÉ, Nelson Werneck. *Brasil: Radiografia de um Modelo*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- RORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- NYMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena História da Agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990.